

Apresentação

A notícia que chega vem dos Estados Unidos da América do Norte e tem causado certo desconforto nas margens plácidas habitadas pelos economistas do *mainstream*. É que a *American Economic Association* estabeleceu um código de transparência para aqueles que querem publicar artigos em suas revistas. Agora, eles têm que declarar quem financiou a pesquisa, as fontes de apoio financeiro, inclusive a prestação de “serviços de consultoria”.

Ora, o que está acontecendo nesse campo do conhecimento? Por que princípios éticos que sempre foram válidos em geral, agora tem de ser formalizados e cobrados burocraticamente? A crítica da economia política não pode mais só apontar como vulgar o saber que se satisfaz em apreender as relações aparentes entre os fenômenos. Ela não pode somente classificar como apologética aquilo que se apresenta como saber científico, mas no fundo pretende somente elogiar as estruturas sociais existentes. Ela tem de mostrar que uma parte importante da teoria econômica tornou-se, ela própria, mercadoria e que o jogo no interior da academia não se pauta sempre por regras científicas, mas frequentemente pelo puro *marketing*. E este é o caso, por exemplo, das peças de análise que figuram como “rigorosas” só porque se apresentam sob a capa do formalismo matemático e econométrico.

A Revista da SEP, ao contrário, está orientada exclusivamente pela seriedade dos conteúdos e pela relevância das contribuições que publica e não precisa, por isso, aborrecer os seus colaboradores com exigências dessa ordem. Ela não pressupõe que os seus colaboradores sejam potencialmente “desonestos”.

Compõe este número seis novos artigos. O primeiro deles, de Pedro Cezar Dutra Fonseca e Cássio Silva Moreira, mostra que há notáveis semelhanças entre o projeto econômico do governo João Goulart (1961-1964) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Procuram indicar que, apesar das diferenças de orientação política, uma mesma lógica de acumulação de capital presidiu a concepção de ambos esses projetos.

Em sequência, o artigo de Ricardo Lobato Torres e Silvio Antônio Ferraz Cario apresenta uma interpretação da industrialização como mito de desenvolvimento econômico. Sob a ótica da teoria dos sistemas mundiais, examinam o caso da indústria automobilística brasileira no período de 1996 a 2008, para mostrá-lo como exemplo da inserção semiperiférica do Brasil na hierarquia econômica mundial.

O terceiro artigo, de Wagner Faria de Oliveira e Daniel Caixeta Andrade, traz à discussão um tema que tem se tornado cada vez mais relevante na atualidade: os limites ambientais da acumulação de capital. Apresentam as propostas adversárias da Economia Ecológica e da Economia Ambiental Neoclássica sobre a questão do crescimento econômico. E, mediante a crítica dessa última, propõem como tese inatacável que o crescimento econômico contínuo é uma impossibilidade.

O quarto artigo, de Marcelo Milan, volta à crise econômica – um tema privilegiado pela *Revista da SEP*. O seu texto diferencia as causas estruturais, que se formaram desde a década de 70, das causas conjunturais que surgem nos anos 1990 e 2000. Adicionalmente, busca discutir a contribuição das teorias econômicas ortodoxas para o potencial e a realização da crise, bem como os impactos da mesma sobre o pensamento econômico.

Lauro Mattei escreve o quinto artigo deste número. Nele, discute o programa Bolsa Família, principal política pública em curso para combater a pobreza no Brasil. Examina cuidadosamente as características institucionais do programa, apontando para os seus principais resultados. Conclui que o programa Bolsa Família tem contribuído, em certa medida, para a redução da pobreza, sem ter, porém, grande impacto na distribuição da renda como um todo.

O sexto artigo traz uma contribuição que vem do exterior e que trata de uma temática científica e filosófica. Alselm Jappe apresenta e comenta a tese de Söhn-Rethel segundo a qual o dinheiro é a fonte do pensamento abstrato que se cristalizou de forma espetacular na ciência moderna. Examina, assim, criticamente, em toda a sua ambiguidade objetiva, o papel civilizatório do principal instrumento de reificação de relações sociais.